

6

O olhar do(s) outro(s) sobre o papel de policial

Neste capítulo, analisamos o modo como o policial percebe o olhar do(s) outro(s) sobre o seu papel de policial e outros múltiplos papéis. As categorias de contraste aqui evocadas são mais amplas: o grupo do eu representa o dos policiais, já o grupo do outro inclui a comunidade, os superiores, o Estado e a sociedade como um todo. Na primeira seção, focamos na diferença entre o papel de policial e o papel do cidadão. Na segunda seção, contemplamos as semelhanças estabelecidas entre os múltiplos papéis sociais de um policial e do cidadão.

Por um lado, os policiais reclamam da falta de percepção do(s) outro(s) em relação à diferença, isto é, eles se veem sem reconhecimento enquanto policiais. Por outro lado, lamentam a falta de percepção do(s) outro(s) em relação às semelhanças. Essa questão está associada ao não reconhecimento de seus múltiplos papéis, o que os iguala a quem não é policial, dentre os quais podemos destacar o de trabalhador, cidadão, consumidor e pai de família.

6.1.

A diferença

A noção de papel está associada aos direitos e deveres dos membros de determinada categoria (WEIZMAN, 2008). São deveres e, ao mesmo tempo, direitos dos policiais realizarem determinadas ações, previstas em lei, relacionadas ao exercício de suas atividades. Algumas delas são fazer abordagens, dar voz de prisão, algemar, intermediar um conflito, dentre outras. Esses direitos são vistos como o que diferencia o papel social de policial de outros papéis assumidos pelo cidadão civil em suas práticas. Contudo, de acordo com os entrevistados, nem sempre a sociedade reconhece esses direitos, como mostra o excerto a seguir:

Sequência 1

18	1	Carmo	Mas quando vocês abordam um trabalhador também que, de alguma forma, pode estar dentro de um perfil de suspeito, a gente vê pelos casos que estão aí na
----	---	-------	---

			mídia que a comunidade sai em defesa deles. Nesses casos, como vocês acham que a comunidade lida com vocês, quando acontece isso que é <u>inevitável</u> , né?
19	2	Gilson	Eu mesmo estava em um restaurante na rua X e:: surgiu uma briga lá embaixo. Estava um, uma porção de policiais almoçando no restaurante e uma briga aconteceu <u>embaixo</u> do restaurante. Eram dois homens brigando com outro cara. Passou o outro homem e foi uma confusão. Os policiais imediatamente pararam de almoçar e foram separar a briga. Se fosse em <outro lugar>, se fossem <outros policiais>, iriam cagar e andar. Policiais novos querem trabalhar. Os policiais desceram e foram tentar apartar a briga. Um deles fugiu e dois ficaram. Nesse meio tempo, eles desacataram um policial, que teve que dar voz de prisão para os trabalhadores e, como ali é cheio de gente, todas as pessoas se aglomeraram pedindo para os policiais ↑soltarem, falando que eles não tinham culpa de nada e que o cara que fugiu foi quem mexeu com eles. Aí eu até desci porque já estavam juntando três policiais apenas, e tentei explicar, mas a população queria linchar os policiais, pois eles não entendem que têm respeitar a polícia.

A pesquisadora Carmo levanta a questão da reação da população em situações que envolvem o cumprimento da lei, como os casos da abordagem que, muitas vezes, trata um trabalhador como um possível suspeito. Com marcações de plural, ela indica que há mais de um caso em que isso já ocorreu, ratificando a noção de frequência (*a comunidade sai em defesa deles; a gente vê pelos casos; nesses casos*).

De forma empática, para finalizar a sua fala, ela diz: “Nesses casos, como vocês acham que a comunidade lida com vocês, quando acontece isso, que é inevitável, né?”. Cabe pontuar que a pesquisadora traz primeiramente a voz da mídia para o seu discurso, segundo a qual a comunidade sai em defesa dessas pessoas. Mas, ao perguntar “como vocês acham”, por meio do indexal “vocês”, ela abre um espaço para que a voz do policial seja ouvida em relação a isso.

O policial que responde a questão legitima a posição agentiva atribuída à comunidade e engata na construção de uma narrativa espontânea que ilustra outro tipo de ação policial que suscita revolta dos cidadãos, aqui categorizados como

trabalhadores. Como já analisado no capítulo anterior, o narrador abre a narrativa criando um contexto que projeta os policiais de UPP como pessoas comprometidas com o seu trabalho e sempre prontas para manter a ordem pública. Depois de um trabalho de detalhamento de aspectos relativos à orientação da narrativa, o narrador introduz, sem muitos detalhes, o que torna a história reportável e a resposta apropriada à pergunta da pesquisadora (*Nesse meio tempo, eles desacataram um policial*). O marcador temporal “nesse meio tempo” pode indicar que diversos eventos se desenrolaram ao mesmo tempo e/ou muito rapidamente. No entanto, não há informações sobre o que foi interpretado como um ato de desacato nem o que poderia ter motivado, na sequência de ações, esse ato. Ao reconstruir o que aconteceu, o policial que assistiu à cena apenas legitima a ação de dar voz de prisão como uma obrigação (*que teve que dar voz de prisão para os trabalhadores*).

Poderíamos imaginar que a prisão dos rapazes seria a resolução da narrativa, isto é, o desfecho de suas ações. Contudo, o que segue é mais uma ação complicadora. Através de uma formulação de caso extremo, o entrevistado constrói uma situação desfavorável para os policiais (*todas as pessoas se aglomeraram pedindo para os policiais soltarem*). Nesse trecho da narrativa, os discursos relatados dos moradores posicionam os policiais como injustos (*eles não tinham culpa de nada; o cara que fugiu foi quem mexeu com eles*). Por outro lado, o policial faz um relato da própria tentativa de explicar aos moradores o que seria certo naquele contexto, afirmando, no entanto, não ter conseguido convencer a população. Ao dizer que havia “três policiais apenas”, o narrador ressalta que eles estavam em desvantagem em relação ao povo, que é posicionado como indignado.

Apesar das justificativas apresentadas, o policial fez se cumprir a lei: dá-se voz de prisão em caso de desacato à autoridade. O narrador responsabiliza os trabalhadores pelo agravamento do conflito. No fecho da história, é apresentado o ponto da narrativa: *eles não entendem que têm respeitar a polícia*. Ao posicionar os civis como pessoas que não legitimam suas ações, seja por desconhecimento das leis ou por não aceitá-las, o policial chama a atenção para o fato de que os diferencia em termos de papel social não é reconhecido.

No fragmento seguinte, apresenta-se outra situação em que o interlocutor do policial não reconhece seus direitos, entendidos como seus papéis de atividade.

Sequência 2

15	1	Amanda	Você já teve algum caso muito ruim de abordagem, de chegar a discutir?
16	2	José	Vários. Vários casos. Deixa eu pensar em um aqui. (0.2) Já tive caso do seguinte, veio uma informação via rádio de que tinha um suspeito tal passando naquele momento e foi feita a abordagem. Por coincidência, a pessoa tinha aquelas características. Então a abordagem foi feita. A pessoa se sentiu dentro da razão dela, mas na verdade <u>não</u> estava na razão dela porque o policial tem o direito de, de fazer essa prática, a todo tempo, porque isso está previsto em lei. Mas ele se sentiu ofendido e se recusou e gerou um problema. Teve que ser algemado. Teve que ser conduzido pra que fosse feita a devida abordagem, correta e justa, pra que fossem tiradas todas as dúvidas em relação a ele.

A resposta do entrevistado se inicia com uma repetição que posiciona a abordagem como uma prática difícil e frequente (*Vários. Vários casos*). Diante de diversos casos problemáticos de abordagem, José decide selecionar um para narrar (*Deixa eu pensar em um aqui*).

No relato de José, o indivíduo que foi abordado é posicionado como um suspeito e como alguém que não entende a abordagem como uma forma de proteção a todos os cidadãos. Ele não permite que os policiais realizem os procedimentos que constituem a abordagem, mas o policial avalia que ele não tinha esse direito (*A pessoa se sentiu dentro da razão dela, mas na verdade não estava na razão dela*). A ênfase no advérbio de negação reforça a sua avaliação. Vê-se aqui também que a diferença de papel social da polícia em relação ao cidadão não é respeitada. Esse tipo de reação implica outra prática prevista em lei: algemar e conduzir à delegacia.

Nesse contexto, torna-se relevante a qualificação da abordagem como um direito do policial, em detrimento da classificação de dever. O narrador se ampara na sua compreensão da lei para fazer essa afirmação (*porque isso está previsto em lei*). Para construir essa oposição do direito do policial x obrigação do cidadão, o narrador utiliza o marcador “mas”, fazendo um alongamento da vogal que colabora para a contestação da atitude do sujeito.

A fala de José se organiza de modo a tornar inquestionável o direito de abordar o personagem da sua história bem como qualquer outro cidadão. A estratégia de organizar a argumentação recorrendo ao direito que possui por pertencer à categoria de policial, isto é, por ocupar esse papel social, foi usada para estabelecer um lugar de poder e posicionar o rapaz abordado como uma pessoa cuja atitude é equivocada. Torna-se evidente, portanto, o caráter moral do discurso, sempre amparado pela lei.

Mais uma vez os papéis de atividade relacionados ao cumprimento da lei – algemar e conduzir à delegacia – são enquadrados como uma obrigação (*Teve que ser algemado. Teve que ser conduzido*). O policial legitima a posição de suspeito desse indivíduo (*pra que fossem tiradas todas as dúvidas em relação a ele*), o que reforça a ideia de que a sua abordagem era necessária, reforçando, por sua vez, a posição do outro como de uma pessoa equivocada. A avaliação da abordagem como uma ação necessária é enfatizada ainda pelo adjetivo “devida” quando o policial afirmar que o sujeito “teve que ser conduzido para que fosse feita a devida abordagem”.

Mais uma vez, as narrativas remetem para alguns dos desafios, de acordo com Pinc (2011), enfrentados por polícias de UPP: “Como preparar um policial para distinguir de quem se aproximar e a quem inibir? Como alternar a conduta diante das diferentes situações, assumindo ora um comportamento de quem oferece ajuda, ora de quem impõe limites e restringe direitos?”.

As narrativas apontam também para o distanciamento de mundo entre policiais e moradores, assim como para a desconfiança que orienta a relação entre polícia e comunidade.

Outro fato a se observar é que, embora a fala de José se inicie em primeira pessoa para fazer referência a uma experiência pessoal (*Já tive caso do seguinte*), a agência é mitigada (DURANTI, 2004) ao longo da narrativa sempre que são relatadas as ações policiais vistas como ações previstas em lei.

O apagamento do narrador transforma a narrativa em um relato empiricista (POTTER, 1996), estratégia retórica por meio da qual se dá destaque aos fatos em detrimento dos atores sociais. Como veremos em fragmentos analisados na próxima seção, os policiais reclamam de serem vistos como um objeto, porém eles

mitigam a sua agência quando executam ações relacionadas ao cumprimento da lei. Desse modo, ele também se vê apenas como um instrumento da lei.

6.2.

A semelhança

Determinados papéis sociais são marcados também pela vestimenta. É o caso dos policiais. Quando em atividade, parece que a farda dificulta a percepção de alguns outros dos seus múltiplos papéis. Se por um lado, os policiais se queixam de não serem vistos como policiais, como mostrado na seção anterior, por outro eles se queixam de que não lhes sejam reconhecidos papéis que os tornariam semelhantes aos cidadãos a que servem.

No excerto a seguir, dois de seus múltiplos papéis são tornados relevantes pelo entrevistado: o de consumidor e o de trabalhador.

Sequência 3

5	1	Amanda	E você se lembra de alguma ocasião em que você considerou a pessoa <u>hostil</u> ?
6	2	Gabriel	<u>Sim</u> , essas ocasiões acontecem <todos os dias>. Quando você dá um “bom dia” pra um morador e o morador... não te responde, vira a cara pra você... Você vai comprar alguma coisa em uma venda, em uma padaria da comunidade, e ele não te atende bem. Então, você percebe que isso:: é uma:: herança de experiências anteriores, né?
7	1	Amanda	Mas como não te atende bem? O que você está considerando não ser <um bom atendimento>?
8	2	Gabriel	Estou considerando como qualquer cidadão <u>normal</u> , que você vai comprar alguma coisa e você quer a atenção do vendedor e ele não te explica, ele não quer dizer o preço das coisas, ele:: prefere dar atenção pras outras pessoas, te ignora e você sente que você:: tá tendo um atendimento diferenciado... pro <u>ruim</u> .
9		Amanda	Entendi. E...
10		Gabriel	Você aborda um morador e as pessoas em volta <u>reclamam</u> ... Você pede pra um morador parar o carro e as pessoas em volta <u>reclamam</u> ... Gritam

			que ele é trabalhador... Como se você não fosse também trabalhador, como se você também não estivesse fazendo um trabalho.
--	--	--	--

No início desse recorte, o entrevistado aponta para o modo como o papel de policial apaga o papel de consumidor e trabalhador. Em resposta à pergunta que incita o prosseguimento do desenvolvimento do tópico “a hostilidade do ambiente”, o entrevistado relata pequenas cenas que mostram que os moradores não reconhecem seu papel de cidadão, consumidor e trabalhador. Ainda que use uma explicação (isso:: é uma:: herança de experiências anteriores, né?) que responsabiliza a própria polícia pelo tratamento recebido na comunidade, o entrevistado mostra o quanto o seu eu é rejeitado e desconfirmado (WATZKAVICK, BEAVIN & JACKSON, 1998 [1967]) em suas interações com a comunidade. De acordo com esses autores, as pessoas, ao interagirem, oferecem mutuamente definições dessa relação e, por conseguinte, delas próprias. A rejeição do eu é um tipo de recepção que nega a definição do eu que está sendo reivindicada pela outra pessoa. Já a desconfirmação do eu aponta para uma indiferença radical à existência do outro.

Como se pode ver nos fragmentos acima, o entrevistado vê seu eu rejeitado quando um morador vira o rosto. Do mesmo modo, ele vê seu eu desconfirmado quando se torna invisível, seja porque o morador não responde ao seu cumprimento seja porque o comerciante não lhe dá nenhuma atenção.

O entrevistado se queixa, portanto, de não ser visto além do papel de policial, seja quando, apesar da farda, está no papel de consumidor, seja quando está no papel de policial. Aqui volta a questão da rejeição da abordagem por parte dos moradores (as pessoas reclamam). E ao relatar que a razão para a reclamação é que o abordado é um trabalhador e não um suspeito, o policial se queixa de que a população também não veja a sua prática como um tipo de trabalho; que os moradores não se coloquem no seu lugar, e compreendam a sua ação; que não o vejam também como um trabalhador.

A invisibilidade do policial no papel de consumidor gera outra narrativa espontânea:

Sequência 4

15	1	Gabriel	Tinha uma mulher na barraca do lado lá que abriu uma:: tipo uma:: uma garagenzinha e lá o ambiente era muito ruim. Ela não dava confiança pra gente, não falava nada. Quando ela montou a barraca lá↑, a gente começou a comprar lá nela↑. Consequentemente: “tia, tem café?”, “tia, num sei o quê”, “tia” pra lá↑, “tia” pra cá↑... Consequentemente↑: ela “ah, hoje tem o almoço assim↑, tem o almoço assado↑”. Aí o relacionamento vai estreitando↑, aí agora ela trata a gente- tem dia que a gente nem paga o almoço. Deixa pra pagar dois serviços depois. “Esquenta não:o, meu fi:lho”. Aí trata a gente bem, aí, por exemplo, eu chego lá, ela: “Quer comer o quê?↑”. “Tia, tem, tem purê de batata?” “Ah, não tenho não. Mas você espera um pouquinho que eu faço pra você?” Tu vê, né, cara, como que... é a parada da aproximação↓.
16	2	Amanda	Como assim?
17	1	Gabriel	A aproximação deixa você mais íntimo, né? Quebra barreiras. Você vai se aproximando... As pessoas vão se aproximando... Aí, de repente, ela ouviu que policial era tudo assim, assado, que policial batia, num sei o quê. Ela já perdeu essa imagem. Ela perdeu um pouco dessa imagem e trata bem, normal, né.

A narrativa apresenta inicialmente uma relação conflituosa entre os policiais e a dona de uma barraca na comunidade. O narrador atribui à senhora a posição de indiferente, o que se contrapõe ao papel social de comerciante, atenta à presença de qualquer consumidor. Como descreve o narrador, ela não era indiferente a todos, mas só aos policiais: “ela não dava confiança pra gente”. A construção discursiva da invisibilidade do policial nesse contexto o projeta como um sujeito marginalizado, como os bandidos. .

No entanto, Gabriel destaca aqui como esse quadro pode ser alterado, em função de esforços de aproximação dos policiais. Por meio do discurso relatado, o entrevistado chama a atenção para a resposta dos policiais à indiferença da vendedora. Eles insistem em se dirigir a ela como “tia”, termo utilizado, muitas vezes, para fazer referência ou para chamar carinhosamente uma pessoa.

A primeira sentença (“tia, tem café?”), indica o teor inicial das interações, a busca por um produto que se deseja consumir. Já a segunda (“tia, num sei o quê”) serve simplesmente para indicar que havia interação. Em seguida, o entrevistado diz: “tia” pra lá↑, “tia” pra cá↑...”, reforçando a noção de frequência da interação.

O marcador “consequentemente” é utilizado, em seguida, evidenciando uma relação “causa-efeito” quando o narrador afirma “Consequentemente↑: ela ‘ah, hoje tem o almoço assim↑, tem o almoço assado↑’”. Atribui-se à dona da barraca, nesse momento, uma posição que contrasta com a primeira. Se antes foi posicionada como indiferente, agora o policial a posiciona como uma pessoa atenciosa, pois ela esclarece o cardápio do dia.

Na enunciação das falas associadas à senhora, o narrador muda o seu tom de voz e o alongamento de vogais denota uma projeção afetiva da senhora em relação a ele (“Esquenta nã:o, meu fi:lho”). No discurso relatado da senhora, ela utiliza também um vocativo muitas vezes usado para indicar carinho/afeto (“meu fi:lho”), noção também expressa no uso do diminutivo (“você espera um pouquinho”). O entrevistado sinaliza discursivamente que uma relação de confiança entre a moradora da comunidade e o policial foi construída: “tem dia que a gente nem paga o almoço. Deixa pra pagar dois serviços depois.”

A narrativa de Gabriel é finalizada pela coda: “Tu vê, né, cara, como que... é a parada da aproximação↓”. A coda, de acordo com Labov (1972), possibilita a ligação entre a narrativa e o momento presente. Nesse caso, liga o evento narrado não só ao que ocorre na relação policial-morador, mas ao que pode ocorrer em qualquer relação social. A narrativa apresenta uma lição explícita nesse trecho: o esforço de aproximação de uma das partes pode transformar uma relação.

Quando instigo o policial a falar mais sobre isso (*Como assim?*), ele destaca o potencial da aproximação para transformar relações conflituosas tornando relevantes os estigmas (*Quebra barreiras*). O uso do verbo no gerúndio ressalta que se trata de um processo e o tom reticente colabora para a construção desse sentido (*Você vai se aproximando... As pessoas vão se aproximando...*). Cabe observar ainda os termos que operam como sujeito da locução verbal que se repete. Primeiro, há o indexal “você”, que apresenta uma noção genérica, e depois

“as pessoas”, remetendo ao outro. Nota-se, desse modo, que o policial constrói a aproximação como uma movimentação de ambas as partes.

No que se refere ao episódio narrado, o entrevistado invoca também razões para o comportamento da vendedora. A mulher posicionada inicialmente em sua narrativa como indiferente aos policiais poderia ter ouvido histórias e/ou opiniões negativas sobre a polícia. Gabriel aponta uma generalização quando diz que ela pode ter ouvido que “policial era tudo assim, assado”. Ele cria em seu discurso ainda, uma voz que posiciona o policial como agressivo/truculento (*que policial batia*).

É importante observar também que o entrevistado aponta que, devido à aproximação, a mulher que compõe sua história “já perdeu essa imagem”, mas depois se corrige dizendo que a senhora já perdeu “um pouco dessa imagem”. Isso sugere que as barreiras ainda estão sendo quebradas. É fundamental notar ainda que, segundo o entrevistado, ela trata os policiais de forma “normal” e ele avalia esse tratamento de forma positiva (*trata bem*). Isso reforça o que observamos no excerto anterior: nesse contexto, embora ocupe o papel social de policial, o rapaz fica satisfeito ao ser tratado como um consumidor qualquer. O que se reivindica, portanto, é ser tratado como todos, ou seja, não ser reduzido ao papel de policial.

Nesta narrativa, Gabriel torna relevantes os processos de estigmatização do policial através do discurso relatado. As vozes hipotéticas trazidas para o discurso do entrevistado generalizam o comportamento dos policiais e os constroem como pessoas truculentas. Essas vozes marcam a alteridade de forma negativa, pois sujeitam os policiais ao estereótipo e à marginalização.

No excerto seguinte, é contemplada a percepção dos superiores como “o outro”. Mais uma vez, o entrevistado evoca outro papel social como razão para um tratamento mais razoável por parte de seus superiores.

Sequência 5

25	1	Amanda	O que você acha que é o <u>maior</u> problema, o que dificulta <u>mais</u> o trabalho?
26	2	José	Acho que o que dificulta é a interação dos oficiais com os praças. Acho que o objetivo é que haja essa interação para o trabalho ser feito de forma coerente, mas o que a gente vê é uma arbitrariedade $\uparrow$ a todo tempo, na qual o policial $\uparrow$ a todo tempo é punido por $\uparrow$ qualquer coisa,

			sem realmente ter motivo. Acho que, muitas vezes, o que falta, até por parte dos oficiais que trabalham conosco é: uma forma de se expressar que o policial vai se sentir muito mais <u>profissional</u> e mais a vontade com relação até ao aprendizado, a desenvolver o aprendizado dele. Tendo dos oficiais uma postura menos arbitrária, o policial vai se sentir mais a vontade pra desenvolver o trabalho dele. A todo momento, a gente é punido por coisas <u>pequenas</u>, então a gente fica limitado a trabalhar. Acho que você ser repreendido verbalmente funciona <u>muito mais</u> do que você ficar preso, ficar com seu direito de ir e vir cerceado por coisas pequenas. Com uma punição <u>verbal</u>, o seu superior vai te ensinar o que é correto, vai te dar uma segunda oportunidade e o crescimento de cada um seria muito mais válido. Agora, se eu ficar preso por qualquer coisa, como é que meu filho vai entender que o pai dele está preso? Quem fica preso é bandido.
--	--	--	---

Quando pergunto a José qual é o maior entrave para a realização de um bom trabalho na comunidade, ele responde que é o tratamento dispensado aos praças. Incluindo-se nesta categoria, o entrevistado utiliza amplamente a formulação de caso extremo para posicionar as pessoas que pertencem a esse grupo como injustiçadas e sem reconhecimento.

Em seu discurso, os oficiais são posicionados como arbitrários e sua forma de trabalhar é avaliada como ineficaz. José defende a repreensão verbal e não a prisão do policial militar quando cometer pequenos erros. É tornado relevante então outro papel social ocupado por ele, o de pai. Esses dois papéis sociais entram em conflito nesse contexto, pois através de uma pergunta retórica, o entrevistado indica que sua prisão não poderia ser entendida de forma positiva pelo filho. Subjaz a essa posição, uma explicação: a de que prisão é destinada a criminosos, e que pequenos delitos não podem ser tratados como crimes graves.

Mais uma vez, observamos que o policial faz uso retórico de categorias contrastivas (o policial x o bandido) e busca se distinguir desse último pelo papel

de pai. Justifica, assim, a posição de que o caráter radical das punições dadas aos praças diminui a sua motivação.

Ao reivindicar outros papéis sociais que o assemelham ao cidadão comum, o policial reclama da falta de um tratamento mais humanizado por parte da sociedade como um todo:

Sequência 6

126	2	Gilson	Ninguém gosta de policial.
127	1	Carmo	Como assim ninguém gosta?
128	2	Gilson	Ninguém gosta, a população inteira. As pessoas precisam da polícia. O policial também tem sua vida, ele também vota. Você só quer ligar quando precisa. “Direitos humanos” não existem para a polícia. Coquetel molotov na cabeça, toma socos, toma tiro e não tem direitos humanos. Ninguém vai ver o policial que está no hospital. A Polícia Civil, ninguém vai saber quem deu o tiro no policial. Então as pessoas lembram do policial quando precisam dele.

Para compreendermos a fala de Gilson, é importante mencionar que esse participante da pesquisa foi entrevistado pouco tempo depois das manifestações que ocorreram em junho de 2013 em várias cidades brasileiras. Esse movimento teve início por conta do aumento das passagens de ônibus. Apesar dos protestos terem sido realizados de forma pacífica, um grupo de manifestantes mascarados usou as manifestações para tornar a cidade um campo de guerra. Depredaram o bem público, usaram bombas caseiras e paus e pedras para enfrentar a polícia, cuja atuação foi criticada pela mídia em razão de sua virulência ou omissão.

A fala do entrevistado retoma essas críticas apontando para a injustiça de um discurso que, até certo ponto, elegeu os policiais como os bandidos da história. De acordo com a percepção do entrevistado, o policial é visto apenas como um objeto, ou seja, como alguém que está ali para servir a população, mas não desperta a sua admiração ou afeto.

Essa coisificação desse papel social naturaliza o sofrimento e a morte de um policial em serviço. Para o entrevistado, isso é visto como parte do trabalho, como obrigação. Mais uma vez, o policial vê que não lhe é reconhecido outro papel social: o de cidadão (“também tem sua vida”, que ele “também vota”). Em contraste com a categoria criminosos, ele se queixa de que nem os direitos básicos assegurados aos criminosos, lhe são reconhecidos.

A alteridade é marcada, nesse recorte, de forma extremamente negativa e é interessante notar que o policial militar se vê desamparado até pela Polícia Civil (*A Polícia Civil, ninguém vai saber quem deu o tiro no policial*).

Nesse excerto, Gilson faz uso retórico de formulações de caso extremo para posicionar o policial como um profissional que não tem nenhum tipo de reconhecimento. Ele não tem o respeito, como mostrado na primeira seção deste capítulo, nem a gratidão e a admiração de ninguém.